

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA PERSPECTIVA PÓS-MODERNA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Vilmar José Both – e-mail: vilmarboth@yahoo.com.br
Maristela da Silva Souza - e-mail: marissouza@mail.ufsm.br

RESUMO

Neste estudo, buscamos tratar o contexto em que se realiza a construção do conhecimento na perspectiva pós-moderna e suas implicações na área da Educação Física. Para isso, realizaremos uma discussão acerca da Modernidade e Pós-Modernidade em suas relações, tanto com o mundo do trabalho, quanto entre ambas, bem como a relação da Educação Física com esse contexto, buscando compreender as alternativas apontadas pela perspectiva pós-moderna diante da conjuntura atual de mudanças do mundo do trabalho, e, finalmente, esboçaremos algumas considerações acerca das implicações da perspectiva pós-moderna na área da Educação Física.

Palavras-chaves: Pós-Modernidade; Educação Física; Mundo do Trabalho.

INTRODUÇÃO:

Atualmente, o contexto acadêmico vem sendo palco de grandes questionamentos no que se refere à possibilidade de interpretação das coisas, dos fenômenos, a partir de grandes narrativas, bem como, são questionadas, e por vezes refutadas, a primazia da razão e da ciência, o papel da filosofia e da existência do sujeito moderno. Esses questionamentos e refutações provêm de uma perspectiva que se convencionou chamar de pós-moderna. A Educação Física, como disciplina situada nesse contexto, também aborda o pensamento dessa perspectiva em suas discussões.

Neste estudo, buscaremos analisar o contexto em que se realiza a construção do conhecimento na perspectiva pós-moderna e suas implicações na área da Educação Física. Entendemos ser importante tal estudo, bem como o aprofundamento desse debate na Educação Física, pois atualmente a mesma vêm passando por mudanças, em especial em suas áreas de atuação e formação, mudanças essas que, segundo Nozaki (2004), possuem relação com as mudanças contemporâneas do mundo do trabalho. Assim, são necessários estudos que analisem em que medida a construção do conhecimento nas diferentes perspectivas dão conta de apreender as leis da realidade objetiva, de maneira a apontar a superação do atual quadro.

Trata-se, portanto, de um estudo teórico no qual seguimos a seguinte sistemática na busca de atingir os objetivos: inicialmente, realizaremos uma discussão acerca da Modernidade e da Pós-Modernidade, demonstrando suas relações tanto com o mundo do

trabalho, quanto entre ambas. Num segundo momento, analisaremos a relação da Educação Física com o contexto abordado no primeiro momento, buscando compreender as alternativas apontadas pela perspectiva pós-moderna diante da conjuntura atual de mudanças do mundo do trabalho, e, finalmente, esboçaremos algumas considerações acerca das implicações da perspectiva pós-moderna na área da Educação Física.

MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E SUAS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

A Modernidade, por intermédio da razão e da relação homem-natureza, veio a relativizar a autoridade religiosa, ou seja, a relação Deus-homem existente na Idade Média. Nessa transição do período Medieval ao Moderno, Goergen (2005) expressa que vai se minimizando a fé na procura da salvação do ser humano em autoridades externas a ele, e, busca-se a construção da conquista de um mundo melhor através da capacidade racional do homem, por intermédio de uma proposta de ciência mais prática.

Funda-se então a chamada ciência moderna, com as promessas do Iluminismo de que o progresso deveria acontecer através do “desvendamento das regularidades da natureza e o seu aproveitamento pela tecnologia [que poderia] assegurar o progresso em direção a um futuro mais humano, mais feliz” (idem, p. 88).

Essas novas idéias em desenvolvimento são reflexo dos anseios daquela sociedade no contexto de transformação do feudalismo ao capitalismo, que ocorre no período do século XVIII e XIX e caracteriza-se por uma série de mudanças em diferentes partes do mundo. Nesse movimento de transformações, apesar do regime feudal apresentar fortes barreiras ao capitalismo emergente, buscando impedir a desestabilização e a perda de privilégios da nobreza e do clero, a burguesia consegue suplantá-las e ascender ao poder.

É nesse contexto que surgem algumas características do pensamento iluminista, para dar conta dessas necessidades, tais como: “a crença no poder da razão como instrumento de obtenção do conhecimento e de modificação da realidade, a ênfase aos dados obtidos por meio da observação e da experimentação, o antidogmatismo (e, conseqüentemente, a crítica à religião) e a noção de progresso” (ANDERY, et al, 2003, p. 328).

Não se pode negar que, através dos ideais iluministas, o homem conseguiu grandes avanços no período da Modernidade, como a oposição aos dogmas e às regras rígidas da Igreja, além de, através da Revolução Industrial, o alcance de um conjunto de transformações

em diferentes atividades econômicas (indústria, agricultura, transportes, etc.), que aumentaram a capacidade produtiva.

Por outro lado, produziu-se desgraças, como a bomba atômica, Auschwitz com seus grandes extermínios, bem como, as conseqüências da consolidação do capitalismo como a ordem social hegemônica no mundo, por nós entendido como problema, por sua lógica que consolida as duas classes básicas a ele relacionadas: a burguesia, detentora dos meios de produção e concentradora de grande quantidade de bens; e o proletariado, desprovido de meios de produção, obrigado a vender sua força de trabalho para subsistir. Essa lógica faz aumentar em muito as desigualdades sociais, impingindo várias pessoas viverem à margem dos produtos decorrentes do seu próprio trabalho.

É nessa conjuntura que ocorre uma grande transformação no papel desempenhado pela ciência no desenvolvimento do modo de produção, pois mesmo que a Revolução Industrial não tenha sido produto direto do avanço científico, “o desenvolvimento do capitalismo foi determinando uma forte inter-relação entre a ciência e a produção, pois ambas cresceram juntas e se influenciaram mutuamente” (ANDERY, et al, 2003, p. 291). Isso porque os problemas gerados pelo avanço do capitalismo lançam desafios para a ciência que necessita respondê-los, tornando-se assim um dos principais elementos das forças produtivas da humanidade.

Através dessa relação, o sistema do capital consegue ampliar sua expansão, a tal ponto de tornar-se globalmente dominante, impondo “seu critério de viabilidade em tudo, das menores unidades do seu microcosmo até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisão no âmbito dos monopólios industriais, favorecendo sempre os mais fortes contra os mais fracos” (MÉSZÁROS apud ANTUNES, 2005, p. 25).

As conseqüências desse processo, entre as quais podemos destacar, as guerras, o aumento das desigualdades sociais, a destruição da natureza e a redução da identidade do sujeito que trabalha às funções produtivas fragmentárias do capital, acabam por conceber o entendimento de que o projeto Iluminista não conseguiu cumprir suas metas de progresso e emancipação para a maioria dos homens.

Surgem então críticas ao modelo científico que dá bases ao projeto Iluminista, pois, se por um lado sua lógica de análise - que examina os fatos num processo de desintegração da natureza em partes isoladas, chegando a conceitos gerais, abstratos e de validade universal -

colaborou para os êxitos que foram alcançados na modernidade em relação ao campo do conhecimento da natureza; por outro, como coloca Engels,

aquele mesmo método de estudo nos legou, ao mesmo tempo, o hábito de examinar as coisas e os processos em seu isolamento, fora de grande relação geral que há entre eles, a examiná-los não em movimento, mas em estado de imobilidade, não como essencialmente mutáveis, mas como eternamente imutáveis, não vivos, mas inertes. Transferido das ciências naturais para a filosofia por Bacon e Locke, esse método de interpretação criou uma restrição característica dos últimos séculos: o método metafísico de pensamento (ENGELS apud KOPNIN 1978, p. 96-97).

Essa crítica é realizada ainda dentro do próprio projeto científico moderno, e como exemplos dessas tendências críticas, podemos citar o marxismo, através do materialismo histórico e dialético, e a teoria crítica, através da Escola de Frankfurt, duas dimensões do conhecimento que têm contribuído para o movimento contra-hegemônico no processo de práticas sociais diferentes das produzidas pelo modelo científico baseado na lógica formal.

Porém, ainda hoje predomina o modelo científico com bases na lógica formal que vem auxiliando o capital a atingir seu nível de perpetuação, colaborando, dentre outras formas, na elaboração de modelos de sistematização dos processos produtivos, que ocasionam, desde a mecanização, passando pela divisão do trabalho, onde os trabalhadores deixam de ser donos dos seus meios de produção o que os obrigam a vender sua força de trabalho como única forma de sobrevivência, até a perda do ritmo de trabalho por parte do trabalhador, com a introdução da máquina, tornando-o um apêndice dessa. Dentro dessas sistematizações, as mais recentes são: os modelos taylorista/fordista e o modelo que vem substituindo estes, o toyotista.

Os modelos taylorista/fordista, segundo Silveira (2001), são caracterizados por amplas plantas de fábricas, pela produção em massa e em série, pelo emprego de um significativo número de trabalhadores em um mesmo espaço físico, pelo trabalho parcial e especializado, pelo controle de tempo e movimento dos trabalhadores e pela divisão entre operários (executores do trabalho) e supervisores/administradores (planejadores do trabalho).

No período em que predomina esse modelo produtivo, o modelo de Estado é o de Bem Estar Social onde, principalmente nos países do capitalismo central, há uma grande intervenção deste no controle democrático do nível de desemprego, com a aquisição por parte dos trabalhadores de direitos sociais, o que, se por um lado diminui as margens de lucro, por outro, garantiu a acumulação e consumo, bem como, controlou por meio de negociações políticas, a intensidade dos conflitos de classe gerados pela revolta dos trabalhadores frente às

condições de trabalho a que eram submetidos.

No final da década de 60, o que se presenciou, foi o esgotamento do modelo de acumulação taylorista/fordista, com a “retração do consumo, conjugada à progressiva saturação dos mercados internos de bens de consumo duráveis, crise fiscal inflacionária com retração dos investimentos e desemprego estrutural” (SILVEIRA, 2001, p. 82). Juntamente com o esgotamento desse modelo de acumulação, ocorre também a falência do Estado de Bem-estar, “cuja materialidade foi constituída a partir do financiamento do capital privado através do setor público” (idem, *ibidem*).

Nesse contexto, surge o modelo de acumulação Toyotista que pela grande quantidade de tecnologia incorporada nos meios de produção, possibilita a rápida fabricação das mercadorias, podendo produzir conforme as necessidades dos consumidores. Essa produção ajustada às demandas, aliadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, reduz ainda mais a necessidade da mão-de-obra dos trabalhadores, principalmente na esfera não qualificada, intensificando o desemprego e o exército de reserva.

O aumento do exército de reserva, bem como a diminuição de empregos assalariados que foram substituídos por trabalho de setores terceirizados, de serviços, possibilitam a retirada de direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores durante o modelo de Estado de Bem-estar, e o aumento da mais-valia absoluta, pois minimiza as condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores conseguirem realizar grandes organizações de modo a se oporem a essa reorganização do capital.

Juntamente com o modelo de acumulação Toyotista, surge, em contraposição ao modelo de Estado de Bem-Estar social, o Neoliberalismo, cujos principais defensores são Friedrich Hayek e Milton Friedmann que arrogam a necessidade de um Estado Mínimo, ou seja, fim da estabilidade e corte com gastos previdenciários e com políticas sociais, pois todas essas questões acabam por desestabilizar o “equilíbrio natural” que, na concepção desses autores, o mercado como auto-regulador do processo econômico busca manter.

Juntamente com esse contexto econômico e político que surge no pós-II guerra, apresenta-se também um novo contexto cultural e filosófico que se convencionou denominar de pós-moderno. “O pós-modernismo revela-se como um movimento que reelege a emoção como a antítese da racionalidade exagerada, e ao indivíduo como elemento central em oposição aos movimentos coletivos que marcaram mais especialmente a modernidade” (SILVEIRA, 2001, p. 108).

Lyotard, um dos pioneiros no que se refere à referência filosófica acerca da pós-modernidade, analisa que vivemos um período de ruptura de época, pois, segundo ele, o pós-moderno “é a incredulidade com relação aos metarrelatos” (LYOTARD apud FENSTERSEIFER, 2001, p.135), estabelecendo, em contraposição àqueles, “a dignidade das culturas narrativas (populares)” (idem, p.138).

Nesta perspectiva, o que vale são os jogos de linguagem, onde há um conhecimento plural de múltiplos olhares, a partir de uma perspectiva individualista e subjetivista de pensamento. Também a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações, e verem a si mesmas mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas.

Pensadores da tendência pós-estruturalista, como Jacques Derrida e Gilles Deleuze possuem suas bases calcadas em Nietzsche que vê no niilismo “a transvaloração de todos os valores” (SANTOS, 2005, p. 75). O autor coloca que para Nietzsche, o niilismo com seu potencial de transvaloração, ao colocar abaixo os valores supremos: Fim, Unidade e Verdade, “ergueria uma cultura voltada para o prazer na alegria, o corpo integrado à imaginação poética, à arte” (idem, p. 77). Assim entendida, a vida seria uma obra de arte aqui e agora, onde todos, individualmente, sem a preocupação com a unidade, poderiam se expressar num pluralismo sem fim.

Podemos considerar, portanto, que os autores pós-modernos anunciaram muitas “mortes”, dentre as quais: das metanarrativas, ou seja, da História com letra maiúscula, da razão, da ciência, da filosofia e do sujeito. O sujeito moderno, “com uma personalidade estruturada a partir de um centro, um núcleo, uma essência racional, definidora da identidade pessoal” (DUARTE, 2004, p. 220) é substituído pelo indivíduo pós-moderno, que possui papéis múltiplo e efêmeros, máscaras descartáveis, “estando a personalidade em contínua dissolução no fluxo caótico de uma realidade sociocultural também ela sem centro, sem unidade, sem racionalidade” (idem, *ibidem*).

Andrade (2005) afirma que, “para muitos intelectuais, a pós-modernidade estaria a se manifestar no plano do mundo vivido, com características e lógicas qualitativamente diferentes do que se vivenciava na modernidade” (idem, p. 85), de modo que o indivíduo é considerado livre de toda a racionalidade capitalista, surfando sob uma nova forma de sociabilidade.

Diante disso, é pertinente questionarmos: poderá o indivíduo pós-moderno transvalorar os valores modernos, tendo como base o modo do capital organizar a vida? Será

possível compreendermos o indivíduo como livre das relações com o contexto histórico e social? Entendemos que não, pois concordamos com Andrade, quando esse coloca que as concepções pós-modernas “negam as determinações causais e estruturais do processo histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista, e passam a abordar a realidade pelos seus fragmentos, contingências e pluralidade. *Não percebem que essas características são homogeneizadas pelo mercado*” (ANDRADE, 2005, p. 84-85, grifo nosso).

Como se pode falar em pluralidade e liberdade plena dos homens, quando as condições materiais e institucionais existentes na sociedade capitalista não só constroem, mas também impossibilitam a autonomia dos sujeitos sociais para o exercício genuíno da liberdade e pluralidade, além de confiscar a sua própria humanidade alienada e brutalizada? Esses são alguns dos questionamentos que pairam em nossas cabeças quando analisamos a construção do conhecimento na perspectiva pós-moderna.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA MODERNIDADE E DA PÓS-MODERNIDADE

A Educação Física, inserida neste contexto, sofre influências da tensão modernidade/pós-modernidade. Assim, analisaremos as relações que a Educação Física teve, histórica e hegemonicamente, com o contexto moderno, principalmente no modelo de produção taylorista/fordista, bem como, quais as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, na transição para o toyotismo, buscando compreender as relações desse novo contexto com a Educação Física, e as possibilidades e limitações que a perspectiva pós-moderna nos oferece para a superação desse quadro.

Em se tratando do período da modernidade industrial, a Educação Física, hegemonicamente, foi “presa fácil” da classe dominante, pois como aponta Castellani Filho (1998), esta se centra no processo de industrialização do modelo econômico que se apóia “na necessidade da capacitação física do trabalhador” (idem, p. 05). Essa necessidade de adestramento físico “estava associada à formatação de um corpo produtivo, portanto forte e saudável, que fosse ao mesmo tempo dócil o bastante para submeter-se à lógica do trabalho fabril sem questioná-la” (idem, p. 05-06).

Em relação as suas bases científicas e pedagógicas, a Educação Física tem sustentação hegemônica em raízes do positivismo, ou seja, no modelo científico que trabalha com a lógica formal, compreendendo o homem de forma descontextualizada e fragmentada, o que leva

muitas vezes à negação, nas aulas de Educação Física, da consideração de aspectos da cultura corporal adquiridos pelos alunos no período anterior a sua entrada na escola.

Do mesmo modo que a concepção de homem é fragmentada e a-histórica neste modelo científico, também o é a Cultura Corporal, pois são negadas as relações que existem entre os conteúdos desta que é uma singularidade da cultura humana, responsável pelo trato dos jogos, ginásticas, esportes, danças, lutas, artes circenses, brincadeiras, entre outros.

Sob essa perspectiva, percebemos que a Educação Física, com suas bases calcadas na concepção positivista de ciência manteve fortes relações com a hegemonia social, primeiramente colaborando para a formação da eugenia brasileira e o preparo para a guerra, e, mais recentemente, aliada ao projeto desenvolvimentista moderno “sob a égide de que o esporte seria uma prova da equivalência do desenvolvimento econômico no campo cultural” (NOZAKI, 2003, p. 06).

Atualmente, porém, vivemos um momento de mudanças no conteúdo do trabalho, do modelo taylorista/fordista ao da acumulação flexível, ou, toyotista. Em vista disso, há a necessidade de requalificação do trabalhador, priorizando assim algumas disciplinas escolares que são estratégicas a formação de competências necessárias a esse novo modelo de trabalhador, com maior capacidade no campo cognitivo e interacional.¹

A Educação Física neste contexto parece estar, de maneira imediata, em plano secundário no projeto pedagógico dominante, pois como coloca (SILVA, 1997 apud NOZAKI, 2003, p. 06) “ao que parece, a exclusão de alguns componentes curriculares, caso da educação física, será a garantia de outros componentes mais necessários [...]”, que auxiliem na formação de competências exigidas no campo do trabalho flexível necessário para o atual estágio organizacional do mundo do trabalho.

Por outro lado, Nozaki (2003) alerta que, se a Educação Física está sendo desvalorizada na escola, enquanto disciplina curricular, no meio não escolar a mesma tem sido cada vez mais valorizada, sob o ponto de vista liberal, através da apropriação da Cultura Corporal por parte do Capital, patenteando os conteúdos desta cultura e a comercializando, como se fossem meros gestos técnicos sem a história de um povo que a elaborou.

Há um aumento na busca de academias para a construção do corpo “perfeito”, padronizado nos parâmetros de beleza, que possui, entre outros objetivos, a boa apresentação pessoal diante da ideologia da empregabilidade.

1 Como base para essa discussão entre reordenamento da Educação Física e Mudanças no mundo do trabalho, utilizaremos: Nozaki (2003) e Nozaki (2004).

Essa tendência pode ser observada em reportagens da mídia televisiva, bem como na mídia escrita, das quais apresentamos aqui os escritos no caderno “Empregos e Oportunidades” do jornal gaúcho “Zero Hora” do dia 1º de Abril de 2007.² Este caderno apresenta dois textos relacionados à importância de se comprar os serviços prestados pela Educação Física, de maneira a melhorarmos a empregabilidade.

Nesses textos Melo (2007) expressa a importância, tanto de os trabalhadores buscarem esses serviços, quanto de as empresas os disponibilizarem, para que seus colaboradores fiquem mais motivados, bem-humorados, diminuindo a procura por médicos e o afastamento por problemas de saúde, o que aumenta a produtividade dos funcionários.

Além dessa, outra grande proposta dos empresários é a criação de departamentos e equipes para jogos coletivos, pois essas atividades colaboram no aperfeiçoamento no trabalho em equipe – tendência do Toyotismo – o que colabora no aumento da produtividade. Nas palavras da autora: “Iniciativas que tendem a tornar os profissionais mais sociáveis ao reunir colegas de setores diferentes, e mais fortes, por disseminar o espírito de não se abater diante dos obstáculos” (MELO, 2007, p. 03).

Se analisarmos os “benefícios” apresentados no texto, percebemos claramente que os incentivos à atividade física propostos pelas empresas, resultam em aumento da mais-valia relativa sobre o trabalhador, ou seja, novamente a Educação Física é utilizada como instrumento que serve aos interesses do Capital, colaborando para a manutenção desse sistema com sua lógica altamente destrutiva.

Se não bastasse isso, agora o professor de Educação Física é a própria expressão do trabalho precarizado e subordinado à lógica do capital, pois enquanto há uma desvalorização do seu trabalho no espaço escolar, onde o mesmo ainda é um trabalhador assalariado, com alguns direitos trabalhistas, ocorre um grande aumento de “oportunidades” para esse professor no setor de serviços, espaço precarizado, com pouco ou nenhum direito trabalhista.

Entendemos que é necessário que nós, professores de Educação Física, compreendamos o contexto acima colocado, onde os indivíduos praticam atividade física para estarem “mais dispostos para agüentar as jornadas de trabalho” (MELO, 2007, p. 03), além do que, essas são as pessoas empregadas, pois temos ainda um contingente de desempregados, formando o exército de reservas, e que não possuem sequer o “direito” de suportarem tais jornadas de trabalho.

2 Ambos de autoria de “Dionara Melo”.

Nesse sentido, é necessário questionarmos de que maneira podemos viver uma ruptura de época, onde as grandes narrativas caíram por terra, se a realidade expressa que cada vez se intensifica a exploração de uma classe social sobre a outra, e que isso se dá através da lógica da grande narrativa do Capital, expressa atualmente em sua forma neoliberal?

A perspectiva pós-moderna ao invés de buscar bases na filosofia para analisar a Educação Física em seus fundamentos concretos, construídos histórica e socialmente, prefere cair no irracionalismo de ver a mesma somente em seu aspecto empírico, superficial no momento em que tenta nos colocar que “não cabe mais à filosofia dizer a verdade sobre o mundo prescrevendo como o mesmo deva ser, nem defender uma maneira privilegiada de analisá-lo. Sua tarefa parece bem mais modesta” (LIMA, 2000, p. 67).

Desse modo, não nos resta outra alternativa senão concordarmos com a afirmação de Harvey (1998) de que há relações necessárias entre a ascensão das formas culturais denominadas pós-modernas e a emergência do modo flexível de acumulação do capital, pois quando os pós-modernos colocam a filosofia e a ciência no mesmo nível de outras narrativas, negam a importância das categorias filosóficas para a compreensão da realidade e possíveis transformações desta. Desse modo, abrem o caminho para a lógica destruidora do capital ditar as “regras do jogo”, pois minimizam a possibilidade de polarização por parte da classe trabalhadora, ao retirarem um indispensável instrumento de compreensão das coisas.

Interessante é que Lima (2000), autor que aborda a sua produção do conhecimento na Educação Física com base no pensamento pós-estruturalista, busca deslegitimar uma interpretação que procura compreender as relações entre o particular e o geral, denominando essa forma de análise como a “teoria da justificação” (idem, p. 67), que buscaria, na concepção dele, justificar a si mesma tomando o mundo como pretexto para legitimar seu ponto de vista. Ora, como podemos então analisar as coisas sem relação com o mundo, se as mesmas fazem parte deste?

Do mesmo modo, como podemos analisar a Educação Física sem as devidas contextualizações, se há relações entre a forma da sociedade, o mundo do trabalho e, como vimos, as mudanças que ocorrem neste estão influenciando a Educação Física, bem como a Educação Física colabora nessas mudanças? Essa forma de análise não é feita para determinada teoria justificar a si mesma, mas sim, para buscar apreender as múltiplas determinações que influenciam a forma de ser da Educação Física nos dias de hoje.

Além disso, Lima (2000) advoga uma filosofia de risco, onde a reflexão filosófica

consistiria num trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento. Entendemos que a filosofia deva sim questionar as coisas postas, mas através de uma reflexão sobre a realidade, pois a “reflexão do pensamento sobre o próprio pensamento” (FOUCAULT, 1990 apud LIMA, 2000, p. 67), ao nosso ver possui um caráter extremamente idealista e que corre o risco de se perder nas abstrações, não conseguindo retornar a realidade concreta e assim compreender a Educação Física no contexto das relações histórico-sociais que a permeiam.

Assim, concordamos com Cheptulin, quando o mesmo expressa que

o conhecimento das propriedades e das conexões universais da realidade, que se exprimem nas categorias filosóficas, é absolutamente indispensável ao homem para sua orientação, para que possa determinar as vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade. Fornecendo um sistema global de idéias sobre a realidade ambiente, a filosofia ajuda o homem a elaborar uma atitude em relação à vida social, ao regime social, a compreender a essência da política adotada por um Estado e, por isso mesmo, permite-lhe participar de forma consciente da vida política da sociedade, da luta pelo progresso social e da realização dos grandes ideais da humanidade (CHEPTULIN, 1982, p. 01).

Nesse sentido, os descaminhos, que são uma das preocupações centrais do pensamento pós-moderno, se dão a partir da complexidade das leis que regem a realidade concreta que necessitam serem apreendidas, e não a partir de abstrações sobre abstrações que podem acabar impossibilitando nosso entendimento acerca da realidade concreta.

Em se tratando do trabalho pedagógico, a concepção pós-moderna também pauta sérias mudanças, pois se na perspectiva moderna havia conteúdos universais construídos historicamente, com base científicas e filosóficas, que deveriam ser transmitidos de geração em geração através de métodos, de maneira que os alunos pudessem se apropriar tanto desses conhecimentos, como da lógica de raciocínio tratados nos métodos, sob a perspectiva pós-moderna esses conteúdos não possuem mais valia, pois são apenas mais uma narrativa, dentre tantas outras.

Em nosso entendimento, esse caráter desmoraliza a pertinência e a legitimidade, tanto da Educação Física escolar, quanto da própria educação como uma questão pública, colocando em dúvida a própria educação, por ser essa, na concepção pós-moderna, símbolo das metanarrativas iluministas, não dando conta dos indivíduos da pós-modernidade.

Assim, diante do contexto colocado das mudanças do mundo do trabalho que vem ocorrendo nas últimas três décadas, bem como, a partir da análise das relações da Educação Física com esse contexto, ao que nos parece, os apontamentos feitos pela perspectiva pós-moderna não dão conta da possibilidade da superação de tal quadro, mas sim, pelo caráter

irracionalista³ que possui, auxilia na conformação a esse quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante da hegemonia da lógica do capital a nível mundial, expressa hoje pela ideologia neoliberal, pelo capital financeiro e pelo modelo de produção toyotista, que sufoca as formas particulares, as “diferenças” e, destrói a riqueza das diferentes culturas, inclusive da cultura corporal, através de sua lógica que transforma tudo em mercadoria, cabe a nós, professores da área da Educação Física, refletirmos acerca de como superar esse subjugo à tal lógica destrutiva.

Nesse sentido, entendemos ser necessária a reflexão acerca de algumas questões colocadas no meio acadêmico, como por exemplo, a expressão Nietzscheana de que “não existe fatos, mas apenas interpretações”. É possível afirmar com tal convicção que não existem leis objetivas que necessitam serem interpretadas pelo pensamento, para a partir daí termos a possibilidade de as transformarmos? É pertinente negarmos que o capital possui leis que necessitam serem interpretadas? Qual a possibilidade da “filosofia de risco”, com “seu trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento” (LIMA, 2000, p. 67) conseguir interpretar e transformar essas leis?

A Educação Física, nas últimas décadas, vem passando por mudanças significativas que acompanham as, e colaboram nas mudanças gerais do mundo do trabalho, ou seja, essas mudanças possuem íntima relação com as leis de funcionamento e lógica do sistema que governam o constante processo de mudança da própria sociedade na sua totalidade.

Desse modo, o irracionalismo (DUARTE, 2004), o niilismo e o ceticismo (SANTOS, 2005) pós-modernos não dão conta das transformações necessárias para termos uma sociedade igualitária, onde todos possuam os mesmos direitos *de fato*, inclusive o mesmo direito de acesso aos conteúdos da cultura corporal, socialmente produzidos e historicamente acumulados.

Isso se deve ao fato da negação que essa concepção faz às metanarrativas e a ciência, como se esses fossem, a priori, os fundamentos de todos os maus da humanidade. Negamos esse entendimento ao concordarmos com Duarte (2004, p. 237-238) que “o que tem

3 Duarte (2004, p. 221) coloca que “essas tendências irracionalistas na filosofia, nas ciências humanas em geral e também nas artes são a expressão ideológica do caráter irracional e fetichista da lógica objetiva da sociedade capitalista”.

produzido essas relações destrutivas entre a sociedade e a natureza não é a ciência, mas sim a lógica de reprodução do capital, a qual a própria produção do conhecimento científico tem sido atrelada de forma direta ou indireta”.

Portanto, aos professores da área da Educação Física que estão dispostos à construção de mudanças significativas e à construção de “uma educação física cheia de sentido” (SADI, 2005, p. 76), ou seja, dispostos a dar sentido a essa prática humana e social da cultura corporal, é necessário que busquem a compreensão e transformação das leis e lógica que regem o sistema do capital.

Isso não será possível através do abandono da ciência e da razão, todavia através dos seus usos para o desenvolvimento humano. Para isso, “é preciso despir a ciência de sua forma burguesa para que ela possa ser desenvolvida de maneira que não esteja em conflito com a preservação da natureza e da própria espécie humana” (DUARTE, 2004, p. 238).

O trabalho crítico do pensamento sobre o próprio pensamento, portanto, o trabalho crítico no nível abstrato, não dá conta do desafio da Educação Física de superar seu subjugamento à lógica societal do capital. Assim, “os novos modos de pensamento” (LIMA, 2000, p. 67) devem se dar a partir da obtenção de novos resultados no conhecimento e na prática das leis do mundo objetivo, e não a partir de reflexões abstratas.

Portanto, um dos grandes desafios da Educação Física hoje é compreender as propriedades e conexões universais da realidade e suas relações nessa, pois isso “é absolutamente indispensável ao homem para sua orientação, para que possa determinar as vias que lhe permitirão resolver as tarefas práticas que surgem no processo de desenvolvimento da sociedade” (CHEPTULIN, 1982, p. 01).

Desse modo, entendemos que a Educação Física necessita apropriar-se de categorias filosóficas, pois essas fornecem um sistema global de idéias sobre a realidade e auxiliam o homem a tomar uma atitude em relação à vida social. No caso particular da Educação Física, auxilia professores e pesquisadores dessa área a tomarem uma atitude frente à Educação Física nas suas relações com a vida social.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. 10ª ed. Riode Janeiro:Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.

ANDRADE, E. A consciência da ruptura pós-moderna. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília, ano XIV – nº 36, p. 83-95, Jul. 2005.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimp. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2005.

CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e educação física.** Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista:** categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

DUARTE, N. A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade individualidade.** Campinas: Autores Associados, 2004. p. 219-242.

FENSTERSEIFER, P. E. **A educação física na crise da modernidade.** Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2001.

GOERGEN, P. **Pós-modernidade, ética e educação.** 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 7ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

LIMA, H. L. A. de. Epistemologia, relativismo e educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 22, n.1, p. 65-77, set. 2000.

MELO, D. Endorfina na Carreira. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 1º Abr. 2007, Caderno Empregos e Oportunidades, p. 03.

_____Malhados e Motivados. Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 1º Abr. 2007, Caderno Empregos e Oportunidades, p. 03.

NOZAKI, H. T. **Mundo do trabalho, formação de professores e conselhos profissionais.** Disponível em: < <http://www.mnrcr.org3.net> >. Acesso em: 03 set. 2003.

_____ **Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho:** mediações da regulamentação da profissão. 2004. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

SADI, R. S. **Educação Física, trabalho e profissão.** Campinas: Komedi, 2005.

SANTOS, J. F. dos. **O que é pós-moderno.** 23ª reimp. da 1ª ed. de 1986. São Paulo, SP: Brasiliense, 2005.

SILVEIRA, A. **Educação:** sinônimo de qualidade ou quantidade?, in: Revista Jurídica da Unirondon, nº 01. Cuiabá/MT: UNIRONDON, 2001.